



PROGRAMAÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

Desenvolvimento de Habilidades Comunicacionais e Relacionais dos Magistrados

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Cláudio Luís Braga dell'Orto Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 06/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	Até 10 de junho de 2026		
DATA E HORÁRIO	De 15 de junho até 14 de julho de 2026 Aulas síncronas: 22/06, 29/06 e 06/07, segundas-feiras, das 9h às 11h.		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	12 horas
MODALIDADE	A distância	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	As relações interpessoais e o ambiente de trabalho saudável; estabelecimento de relações empáticas, cordiais e éticas, com prevenção ao assédio no ambiente de trabalho; Resolução CNJ 351/2020 e Resolução CNJ 671/2026; autoconsciência e leitura emocional na comunicação; as habilidades comunicacionais; ruídos, obstáculos e comunicação eficiente; informações relevantes e foco nas situações de trabalho; linguagens, inteligência interpessoal e emocional; adaptabilidade, antifragilidade e pensamento crítico; cultura de feedback; processos e diagnóstico de comunicação; comunicação compassiva e os componentes da comunicação não violenta na prevenção ao assédio; mapeamento sistêmico de comunicação; conexão e escuta ativa nas relações interpessoais e interinstitucionais na magistratura.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas em Gestão de Processos e Jurisdição; Relacionamento Institucional e Interpessoal; Empatia e Comunicação Resolução CNJ 351/2020 e Resolução CNJ 671/2026 Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Alteridade, Visibilidade e Comunidade de Cidadania Temas em Ética; Epistemologia, Filosofia e Teoria da Justiça		

	Direitos Humanos, Gênero, Racismo e Diversidade; Agenda 2030 e temas de Cooperação Internacional
JUSTIFICATIVA	<p>Vive-se as pressões por produtividade, a necessidade de sempre estar disponível, novos padrões emocionais e comportamentais. Nesse contexto, comunicar-se e relacionar-se bem é uma questão de sobrevivência pessoal e profissional. Para isso, é necessário estabelecer um levantamento exaustivo das relações existentes entre os fenômenos de comunicação, a avaliação, a crítica, o público, as equipes, os próprios mecanismos de premiação e a legitimação de bens simbólicos no dia a dia da atividade judicante.</p> <p>Esse é um processo cultural difícil na gestão produtiva, pois a comunicação precisa de certa urgência de informação, sendo que a velocidade acaba por atrapalhar o “tempo de pensar”. Muitas vezes, não há o tempo de reflexão profunda antes de agir em situações previstas e não previstas, causando afastamento entre profissionais por razões de falta de comunicação eficiente. Os efeitos comunicacionais no mundo contemporâneo precisam de entendimento com desenvolvimento de habilidades de identificação de erros e de acertos, em um processo de constante avaliação, de suas <i>personas</i> e de seus públicos. O autocuidado é elemento fundamental, assim como integração de hábitos saudáveis à rotina.</p> <p>Nesse ritmo acelerado também da carreira da magistratura, é momento de se pensar e se refletir, com criatividade e inovação, sobre o desenvolvimento de habilidades de comunicação que gera o estabelecimento de vínculos interpessoais e interinstitucionais com qualidade e conhecimento dos efeitos nas situações de trabalho. Nesse sentido, importante a abordagem de como magistradas e magistrados precisam estar em contante preparação para atuação com compromisso de manter o respeito, a transparência, a ordem e construir conexões significativas.</p> <p>O entendimento e uso de comunicação compassiva colabora para que o ambiente de trabalho seja saudável. É necessário compreender as formas, algumas vezes explícitas, outras sutis, por exemplo, do assédio em ambientes de trabalho, pois traz influências negativas na saúde mental e emocional; considerando problemas no ser e no desempenho de funções básicas. O ambiente de trabalho seguro, respeitoso, empático e acolhedor gera valorização pessoal e profissional, bem-estar e produtividade.</p> <p>Justifica-se a realização da formação para contribuir para que magistradas e magistrados desenvolvam competências complexas relacionadas à comunicação sensível e ao desenvolvimento da sensibilidade ética e de alteridade diante das dimensões relacionais no dia a dia de trabalho e da diversidade cultural e social.</p>
OBJETIVO GERAL	Ao concluir o curso, magistradas e magistrados serão capazes de analisar criticamente suas posturas e desenvolver habilidades cotidianas de comunicação e relacionais nos ambientes em que atuam com a responsabilidade de manter o convívio saudável e com autoconsciência para o próprio estado mental, controle emocional e de impulsos, com empatia na gestão humanizada de relacionamentos comunicacionais, interpessoais e interinstitucionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>Ao final do módulo 1, a magistrada e o magistrado serão capazes de estabelecer relações empáticas, a partir da análise crítica e reflexiva das resoluções que tratam da prevenção ao assédio nas situações de trabalho.</p> <p>Ao final do módulo 2, a magistrada e o magistrado serão capazes de se comunicar com linguagem acessível e eficiente para transmitir informações de forma objetiva e inclusiva, com entendimento do impacto da forma em relação ao conteúdo, e a necessidade de compreensão sobre os termos utilizados.</p> <p>Ao final do módulo 3, a magistrada e o magistrado serão capazes de utilizar a comunicação compassiva nas situações de trabalho ao experimentar componentes de comunicação não violenta na prevenção ao assédio, demonstrando as potencialidades da escuta ativa.</p>
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	<p>Gabriel Henrique Collaço Especialista pela PUC/SP e pela FAAP/SP. Professor e Coordenador de EaD da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina. Formador da Enfam. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6281393729934059</p>
TUTORIA	<p>Gabriel Henrique Collaço Especialista pela PUC/SP e pela FAAP/SP. Professor e Coordenador de EaD da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina. Formador da Enfam. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6281393729934059</p>
DOCENTES	<p>1. Gabriel Henrique Collaço Especialista pela PUC/SP e pela FAAP/SP. Professor e Coordenador de EaD da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina. Formador da Enfam. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6281393729934059</p> <p>2. Raquel Santos Pereira Chrispino Mestre pela UFRJ. Juíza de Direito no TJRJ. Professora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário/CNJ. Formadora da Enfam. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/8982146680918738</p> <p>3. Simone Cuber Araujo Pinto. Doutora pelo IESP/UERJ. Coordenadora pedagógica dos cursos presenciais e a distância da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Formadora da Enfam. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/8982146680918738</p>
METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	<p>Este curso é composto de 3 módulos de duração, de uma semana cada, e 1 módulo de Avaliação Final. Nos três módulos haverá uma pasta de material para as leituras obrigatórias da semana, um encontro síncrono por módulo, um fórum de discussão em cada módulo. No módulo 3 serão utilizadas as ferramentas ativas Mural Virtual (padlet)</p>

	<p>e Canvas. No último módulo, serão confeccionadas as atividades avaliativas, contendo o registro reflexivo, a avaliação das aulas e a avaliação de reação. Haverá encontros síncronos nos módulos 1, 2 e 3. Os materiais são estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema de forma divertida e participativa. Todas as atividades propostas valem nota conforme descrito no item “Avaliação” deste plano de curso.</p> <p>Materiais que serão utilizados nas atividades propostas:</p> <p>Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates</p> <p>Ferramentas ativas:</p> <p>Mural Virtual</p> <p>Encontros síncronos nos dias 22/06, 29/06 e 06/07, segundas-feiras, das 9h às 11h.</p> <p>Canvas</p> <p>Roda de Conversa</p>
PROGRAMAÇÃO	
<p>AMBIENTAÇÃO Período de: 15/06 e 16/06</p>	<p>Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador e tutor; Programação; Fórum de Apresentação do Tutor e de Estudantes.</p>
<p>Módulo 1</p> <p>Período de: 17/06 a 23/06</p> <p>Carga horária: 3 horas e 30 minutos</p>	<p>AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E O AMBIENTE DE TRABALHO SAUDÁVEL</p> <p>Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 22/06, segunda-feira, das 9h às 11h.</p> <p>Tema: As relações interpessoais e o ambiente de trabalho saudável</p> <p>Conteúdo programático: Estabelecimento de relações empáticas, cordiais e éticas, com prevenção ao assédio no ambiente de trabalho. Resolução CNJ 351/2020 e Resolução CNJ 671/2026.</p> <p>Docentes: Gabriel Henrique Collaço, Raquel Santos Pereira Chripino e Simone Cuber Araujo Pinto</p> <p>Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Atividade a partir de situação-problema em grupo nas salas simultâneas (30min). Relato dos resultados e debate (20min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (40min). Roda de Conversa com a Juíza (20min).</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão formativa 1 (1 hora). A avaliação ocorrerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação de estudante na aula síncrona e nos debates no fórum de discussão formativa 1.</p> <p>Leitura obrigatória: (30 min)</p>

	<p>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução n. 351, de 28 de outubro de 2020. Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução n. 671, de 9 de fevereiro de 2026. Altera a Resolução CNJ 351/2020 para aprimorar medidas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e à discriminação no âmbito do Poder Judiciário.</p>
<p>Módulo 2</p> <p>Período de: 24/06 a 30/06</p> <p>Carga horária: 3 horas e 30 minutos</p>	<p>AUTOCONSCIÊNCIA E LEITURA EMOCIONAL NA COMUNICAÇÃO</p> <p>Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 29/06, segunda-feira, das 9h às 11h.</p> <p>Tema: Autoconsciência e leitura emocional na comunicação</p> <p>Conteúdo programático: Autoconsciência e leitura emocional na comunicação. As habilidades comunicacionais. Informações relevantes e foco nas situações de trabalho. Linguagens, inteligência interpessoal e emocional. Adaptabilidade, antifragilidade e pensamento crítico. Cultura de feedback.</p> <p>Docente: Gabriel Henrique Collaço e Simone Cuber Araujo Pinto</p> <p>Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (50min). Atividade a partir de jogo didático das palavras-chave em grupo nas salas simultâneas (30min). Relato dos resultados do jogo didático das palavras-chave (20min). Sistematização do encontro (10min).</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão formativa 2 (1 hora). A avaliação ocorrerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação de estudante na aula síncrona e nos debates no fórum de discussão formativa 2.</p> <p>Leitura obrigatória: (30 min) KARSENTY, Laurent; Lacoste, Michèle. Comunicação e Trabalho. <i>In.</i>: FALZON, Pierre. Ergonomia. São Paulo: Blucher, 2007.</p>
<p>Módulo 3</p> <p>Período de: 01/07 a 07/07</p> <p>Carga horária: 4 horas</p>	<p>PROCESSOS E DIAGNÓSTICO DE COMUNICAÇÃO</p> <p>Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 06/07, segunda-feira, das 9h às 11h.</p> <p>Tema: Processos e diagnóstico de comunicação</p> <p>Conteúdo programático: Comunicação compassiva e os componentes da comunicação não violenta na prevenção ao assédio. Mapeamento sistêmico de comunicação. Conexão e escuta ativa nas relações interpessoais e interinstitucionais na magistratura.</p> <p>Docente: Gabriel Henrique Collaço</p> <p>Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (50min). Mapeamento sistêmico individual com uso de ferramenta ativa Canvas (30min). Debate sobre o mapeamento (20min). Sistematização do encontro (10min).</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão formativa 3 (1 hora). Ferramenta ativa Mural Virtual (30min)).</p>

	<p>A avaliação ocorrerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação de estudante na aula síncrona e nos debates no fórum de discussão formativa 3.</p> <p>Leitura obrigatória: (30 min) BRIEU, Thomas. Escutatória. 2. ed. Santos: H1, 2025. Capítulo 5. p. 247-295 (Aplicações).</p>
<p>Módulo de Avaliação final</p> <p>Período de: 08/07 a 14/07</p> <p>Carga horária: 1 hora</p>	<p>Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados no curso.</p> <p>Avaliação das Aulas.</p> <p>Avaliação de Reação.</p>
<p>AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)</p>	<p>Aulas síncronas (15 pontos cada).</p> <p>Fóruns de discussão (15 pontos cada).</p> <p>Ferramentas ativa - Mural Virtual (10 pontos).</p>
<p>CERTIFICAÇÃO</p>	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADAS E DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada das magistradas e dos magistrados com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da Enfam, que em sua Resolução n. 7, de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas da Enfam), estabelece a necessidade da formação das magistradas e dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo da magistrada aluna, do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Estudantes receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual de Estudante; Programação do Curso e informações sobre o Tutor; Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chat; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte às e aos cursistas também estão lá informados.
3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DO TUTOR:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas de estudantes e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas por estudantes de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DE ESTUDANTES:** Estudantes deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre

conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.

5. **AValiação.** Na formação das magistradas e dos magistrados, entende-se a avaliação como processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem da pessoa estudante será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão e das demais atividades propostas em cada módulo. Será disponibilizado, na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso a magistrada ou o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da Enfam, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração de participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de auto-avaliação das magistradas e dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQUÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação de cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n. 1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.